



MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRÁTICOS: de que forma podem refletir/contribuir na construção das políticas públicas

SOCIAL AND DEMOCRATIC MOVEMENTS: how they can reflect/contribute to the construction of public policies

Leonardo Soares de Sousa Freitas,¹ Carlos Alberto Simioni²

¹ Técnico em Edificações, IFPI; Aluno do Curso: Bacharelado em Ciência Política do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo Científico apresentado no 1º semestre de 2020, como: Trabalho de Conclusão de Curso

² Professor dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais no Centro Universitário UNINTER. Sociólogo, consultor em projetos ou estudos de impactos socioambientais

Recebido: 07/03/2023

Publicado: 08/05/2024

RESUMO

O presente artigo relata a importância dos movimentos sociais e democráticos, e de que forma pode refletir/contribuir na construção das políticas públicas. O objetivo deste trabalho é apresentar de que forma a aplicação dos movimentos sociais e democráticos pode refletir ou contribuir na construção das políticas públicas, com base nos estudos de movimentos sociais. Para tanto, foi necessário realizar uma abordagem metodológica qualitativa, fazendo uso da metodologia de pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo, para esclarecer eventuais dúvidas ou falta de conhecimento sobre os movimentos sociais e democráticos. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, através de livros, artigos de revistas e periódicos especializados, para coletar informações necessárias ao estudo. Após a análise desses indicadores, percebeu-se que a democracia é geralmente definida como um método específico de tomada de decisão, no qual os representantes eleitos são responsáveis perante os cidadãos através de eleições regulares. As características da sociedade brasileira atual são os movimentos sociais que sempre se preocuparam com a democracia, mantendo os governantes responsáveis, mas também em muitos casos defendendo e praticando concepções alternativas de democracia do que as dominantes e representativas. Com a pesquisa foi possível concluir a real contribuição dos movimentos sociais em conjunto com a sociedade.

Palavras chave: Democracia. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article reports on the importance of social and democratic movements, and how they can reflect/contribute to the construction of public policies. The objective of this work is to present how the application of social and democratic movements can reflect or contribute to the construction of public policies, based on studies of social movements. To this end, it was necessary to carry out a qualitative methodological approach, using the bibliographic research methodology on the object of study, to clarify any doubts or lack of knowledge about social and democratic movements. Bibliographical research was carried out, through books, magazine articles and specialized periodicals, to collect information necessary for the study. After analyzing these indicators, it was realized that democracy is generally defined as a specific method of decision-making, in which elected representatives are accountable to citizens through regular elections. The characteristics of current Brazilian society are social movements that have always been concerned with democracy, keeping rulers responsible, but also in many cases

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRÁTICOS: de que forma podem refletir/contribuir na construção das políticas públicas

defending and practicing alternative conceptions of democracy than the dominant and representative ones. With the research it was possible to conclude the real contribution of social movements together with society.

Keywords: Democracy. Social movements. Public policy

1 Introdução

Os movimentos sociais e democráticos caracterizam-se como revolução, um ato estratégico praticado por uma coletividade quando há insatisfação político, social ou econômico. A insatisfação das regras impostas em processo legislativo, nas políticas públicas, visto que as decisões estabelecidas pela representatividade do poder público para uma classe ou grupo social apresentam efeitos de desigualdades e má distribuição do recurso público, é uma condição para a sociedade contrapor as regras. Tanto que, os movimentos sociais e democráticos além de demonstrar insatisfação às regras impostas, exercem a função de preservar a inclusão social.

De forma geral, os movimentos sociais e democráticos busca reverter os problemas gerados pela má administração de lideranças políticas. Com isso, em momentos de crise a coletividade apresenta as práticas que eliminam os seus direitos, vê-se nesse ponto, estratégias que visam provocar a atenção da sociedade por meio da mídia e intimidar o sistema político a criar novas propostas.

Frente às turbulências em momentos de crise, um fator que contribui nos resultados é a interação com apoiadores e antagonistas na ação coletiva. São as características das instituições e das alianças que exercem um papel importante de solidariedade nos movimentos sociais e democráticos, a ponto de transformar a situação política, social ou econômica do País. Portanto, houve a necessidade em coletar fontes de dados e informações relevantes com a finalidade de responder o problema de pesquisa a seguir: De que forma a aplicação dos movimentos sociais e democráticos de mobilização da sociedade pode refletir ou contribuir na construção das políticas públicas?

As mobilizações da sociedade, de 2013 a 2019 têm refletido, contribuído exatamente na construção das políticas públicas. Isso, porque o objetivo das estratégias de revolução dos movimentos sociais e democráticos é conquistar novas propostas.

Diante de uma decadência política, em que parte dos representantes do povo possui envolvimento com escândalos de corrupção, e que os aspectos econômicos e sociais do país apresentam-se fragilizados, as pessoas buscam por melhores condições de vida, direitos e

cidadania. Nesse contexto, a proposta do trabalho científico é mostrar que os problemas enfrentados podem ser resolvidos com a aplicação dos movimentos sociais e democráticos de mobilização da sociedade em contribuição para a construção das políticas públicas, tendo como finalidade, obter as conquistas esperadas.

Para o presente trabalho chegar ao nível desenvolvido foi necessário realizar uma abordagem metodológica qualitativa, fazendo uso da metodologia de pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo, para esclarecer eventuais dúvidas ou falta de conhecimento sobre os movimentos sociais e democráticos. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, através de livros, artigos de revistas e periódicos especializados, para coletar informações necessárias ao estudo, discorrer sobre a participação da população nas manifestações, e políticas públicas da sociedade brasileira ao longo dos anos. As obras e os estudos foram: “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”, de Angela Alonso, ano 2009. “Os movimentos sociais em Alain Touraine”, de Selvino Antonio Malfatti, ano 2011. “Movimentos sociais na contemporaneidade”, de Maria Da Glória Gohn, ano 2011. “Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária”, de Marcos Abilio Pereira, ano 2012. “Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições analíticas”, de Euzeneia Carlos, Monika Dowbor, Maria do Carmo Alves Albuquerque, ano 2017. “Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política”, de Ilse Scherer-Warren, ano 2014. “Movimento Ocupa em Pernambuco: por um diálogo estimulado na Educação”, de Ana Claudia Dantas Cavalcante, ano 2019. “As políticas públicas como concretização dos direitos sociais” de Osvaldo Ferreira De Carvalho, ano 2019.

A estrutura do trabalho de conclusão de curso está esquematizada em cinco seções: A primeira descreve movimentos sociais e democráticos baseado nas informações obtidas com a pesquisa de alguns autores. Na segunda seção é feita comparações de mobilização da sociedade entre os anos 2013 a 2019 em várias regiões do Brasil. A terceira seção explica políticas públicas. Na quarta seção é feita uma reflexão dos movimentos sociais e democráticos e apresenta as contribuições para construção das políticas públicas. A quinta seção apresenta os planos estratégicos das organizações.

2 Movimentos sociais e democráticos

Como bem nos assegura GOHN & BRINGEL (2012), pode-se dizer que os movimentos sociais e democráticos são ações normais, pois os indivíduos manifestam-se por meio de mobilizações e protestos sempre que os direitos civis, políticos e sociais são

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRÁTICOS: de que forma podem refletir/contribuir na construção das políticas públicas

violados. Neste contexto, fica claro a importância da sociedade, a ação coletiva na participação política.

O autor deixa claro que os indivíduos manifestam-se sempre que há violação dos direitos, sendo assim, fica evidente que as manifestações (mobilizações e protestos) tem como base a contestação da participação popular sobre os direitos violados do cidadão.

“Os movimentos sociais surgem por causa de mudanças não assimiladas pela sociedade” (MALFATTI, 2011).

De acordo com as palavras do autor, o conceito é mais complexo, e a restrição de participação social é o motivo que leva a sociedade se manifestar.

“Movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores.” (ALONSO, 2009, p.55).

Conforme citado acima, os movimentos sociais são realizações de atividades em locais definidos para concentrar mobilização de pessoas insatisfeitas com ações que eliminam os seus direitos.

3 As mobilizações da sociedade entre os anos 2013 a 2019

- Os Protestos de junho de 2013

Como bem nos assegura MORAES & SANTOS (2013), o Brasil passou um momento marcante que ficou na história do país. Os atos de protestos políticos e sociais contra o aumento das tarifas de passagens de ônibus, chamado movimento passe livre, e a ação da polícia para conter os indivíduos que participavam da mobilização. Neste contexto, fica claro o descontentamento do povo brasileiro com a ação governamental.

Os autores deixam claro que a sociedade não aprovou a forma como o governo tentou reprimir a manifestação, sendo assim, fica evidente que os manifestantes lutavam pelos seus direitos e esperavam uma ação positiva do governo.

Com relação ao contexto político inicial dos protestos de junho de 2013, em São Paulo, indicamos aqui a atuação de repreensão da polícia como um dos motivos que influenciaram durante a manifestação do Movimento Passe Livre (MPL) para desencadear os protestos seguintes, em escala nacional. (MORAES; SANTOS, 2013, p. 197)

Segundo os autores, o desencadeamento inicial dos protestos de junho de 2013, chamado de movimento passe livre, foi a causa principal para que tornasse uma ação popular em nível nacional. A repreensão como cita os autores, gerou um sentimento de revolta e solidariedade, ou seja, um ato de ação e reação.

- Movimento Ocupa em Pernambuco

-

Segundo Cavalcanti (2019), Refletir sobre Movimento Estudantil (ME) e sobre o Movimento Ocupa no contexto do Estado gerencial e da crise de paradigma vigente significa vislumbrar campos de análise: Estado, sociedade e a dinâmica dos movimentos para construir os princípios de governabilidade.

Para a autora, movimentos sociais são ações sociais coletivas com natureza sociopolítica e cultural que oportunizam à população uma forma organizada de expressar suas demandas.

- O movimento sindical dos trabalhadores rurais

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) na Amazônia surgiu na década de 1980 (CARLOS et al. 2017). Foi criado pelos sindicatos de trabalhadores rurais da Amazônia para contestar a política de desenvolvimento implementada na Amazônia durante o período da ditadura. As questões-chave do movimento incluíram infraestrutura rural, distribuição de terras e acesso ao crédito (CARLOS et al. 2017). Desde então, o movimento faz parte de uma luta mais ampla, dentro e fora do aparato sindical oficial, para desenvolver organizações sindicais mais representativas. Tanto os partidos locais quanto os nacionais têm sido centrais na formação da trajetória do movimento da Amazônia como um exemplo do 'novo sindicalismo' nas áreas rurais do Brasil (MALFATTI, 2011).

O movimento amazônico também impressiona por sua capacidade incomum de unificar um campesinato geograficamente disperso, de diversas origens (CARLOS et al. 2017). O movimento social rural no estado do Pará e na Amazônia como um todo incluía diferentes tipos de camponeses que vivem em diversas zonas rurais e têm tradições culturais distintas, histórias e modos de trabalho e vida (ALONSO, 2009). Por exemplo, os trabalhadores rurais da planície de inundação (várzea) no Pará são em sua maioria descendentes de povos indígenas (caboclos) de origem antiga do próprio Pará (Igarapé- Miri e Moju são dois casos típicos). No nordeste do Pará, a população camponesa é formada pela

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRÁTICOS: de que forma podem refletir/contribuir na construção das políticas públicas

miscigenação do próprio Pará e do nordeste do Brasil, particularmente dos estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte (como é o caso de Ourém).

Os conflitos rurais no Pará, que começaram a surgir no início dos anos 1970, eram tão geograficamente dispersos e socialmente fragmentados quanto os próprios trabalhadores rurais (CAVALCANTI, 2019). Novas contradições sociais surgiram com o aumento da pobreza e novas forças sociais cresceram, induzidas pela intervenção do governo federal no Pará e na Amazônia como um todo, particularmente a partir do programa de incentivos financeiros do governo para grandes projetos (PEREIRA, 2012).

4 Políticas públicas

Como bem nos assegura CARVALHO (2019), As políticas públicas (*public policies*), embora tenham já sido muito estudadas no âmbito da Ciência Política, da Sociologia, Economia Política, da ciência da Administração e até da Filosofia moral, têm sido correntemente esquecidas do ponto de vista jurídico pela doutrina brasileira.

As políticas públicas ao serem suscetíveis de uma multiplicidade de arbitrariedades praticadas por agentes públicos no exercício da sua função, não pode ser outro o ponto de vista de que o Poder Judiciário tem o dever de coibir os abusos neste contexto, com o fim de que seja alcançada a realização dos direitos sociais. (CARVALHO, 2019, p.787)

Nas palavras de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, conforme citado por Carvalho (2019, p.777), “políticas públicas traduzem “[...] um complexo de processos juspolíticos, destinado à efetivação dos direitos fundamentais”.

Em alusão à lição de Maria Paula Dallari Bucci, políticas públicas constituem “[...] programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. (apud CARVALHO, 2019, p.777). Ainda, segundo a autora, políticas públicas “são metas coletivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato” (apud CARVALHO, 2019, p.777).

5 Contribuições dos movimentos sociais e democráticos para a construção das políticas públicas

Gohn (2011) enriquece os conceitos dos autores ao dizer que os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.

O conceito de política pública abrange o conceito de política social. Ao mesmo tempo, compartilha muitas das características da política social. As políticas públicas, no entanto, são mais amplas que as políticas sociais. Também pode incluir políticas relacionadas à educação, transporte, imigração, habitação, desenvolvimento local e industrial, meio ambiente etc.

A expressão política pública, assim como política social, contém a palavra “política“, que se refere à intervenção do estado ou das autoridades públicas. Essa intervenção tende a redistribuir renda e apoiar a cidadania. Isso ocorre para promover o interesse geral que é comprometido quando se confia apenas na operação das leis de mercado ou apenas nos recursos da solidariedade familiar.

A busca do interesse geral envolve funções de desmercadização e desfamiliarização por parte do estado, para usar as expressões formuladas por Alonso (2011).

A intervenção do poder público pode assumir uma grande variedade de formas, incluindo legislação, regulamentos, declarações de política, documentos técnicos, anúncios de orçamento e medidas fiscais. Sem intervenção do estado, não há políticas públicas. Mas, contando apenas com a intervenção do estado, é difícil obter políticas sociais e públicas de qualidade. E é aí que a distinção entre co-construção e coprodução de políticas começa a ser útil.

Em escritos recentes dedicados à definição de política social com implicações para a definição de política pública (MALFATT, 2011), nos aplicamos à reconciliação de dois objetivos: valorizar o estado intervenção e encontrar uma maneira de fazê-lo sem apagar a contribuição das partes interessadas da sociedade civil e do mercado, em particular as da economia social.

Este trabalho é mais necessário do que nunca desde o final da era de ouro da política da era do bem estar social. De fato, nas décadas de 1970 e 1980, adquirimos frequentemente o hábito, em círculos progressistas, de valorizar a intervenção do estado na definição de seu papel como se o estado fosse o único arquiteto de políticas sociais e públicas. Porém, com a retrospectiva obtida após o estado de bem estar social e a crise do emprego na década de 1980, alguns círculos progressistas tentaram ajustar seu foco, a fim de estreitar os vínculos entre essa

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRÁTICOS: de que forma podem refletir/contribuir na construção das políticas públicas

política e as necessidades das comunidades envolvidas

(CARLOS et al. 2017) Para tomar emprestada outra expressão de Carlos, a preocupação da esquerda em buscar um novo paradigma para o desenvolvimento tornou-se dupla: como promover um estado protetor que seja muito mais ativo na vida econômica e na tarefa de redistribuição, permitindo maior controle por parte do cidadão do mercado e do estado? (ALONSO, 2009).

6 Planos estratégicos

Como bem nos assegura Gohn (2012), pode-se dizer que os movimentos sociais e democráticos são ações normais, pois os indivíduos manifestam-se por meio de mobilizações e protestos sempre que os direitos civis, políticos e sociais são violados. Neste contexto, fica claro a importância da sociedade, a ação coletiva na participação política.

Assim, através de ações na esfera pública, os movimentos sociais podem chamar a atenção da sociedade para determinadas temáticas, pressionando desta forma o sistema político a promover as mudanças ou manutenções de políticas que os primeiros considerem relevantes (PEREIRA, 2012).

“Os movimentos sociais atuam na interação com apoiadores e antagonistas, mas são as características das instituições e das alianças que explicam os resultados da ação coletiva” (CARLOS et al. 2019)

Às opiniões de Alonso (2009) e Pereira (2012) associa-se a reflexão de Carlos et al. (2019), que sustentam a opinião de solidariedade sobretudo a coletividade do grupo para provocar a atenção da sociedade e intimidar o sistema a criar novas propostas.

Hoje, uma das diferenças está na convocatória pelas redes sociais virtuais, o que trouxe o povo para rua quase em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos. Isso causou uma enorme visibilidade na mídia e o respectivo impacto político, produzindo uma resposta rápida da parte do sistema político. (SCHERER-WARREN, 2014)

Essa questão parte da compreensão de que a participação política se coloca como condição e instrumento indispensável na construção destes direitos. Cabendo-nos a obter mais conhecimento de como devemos nos propiciar a cada situação apresentada no nosso dia a dia.

A democracia no que lhe nos concerne em frente os demais movimentos democráticos nas quais nos coloca em meio aos deveres e cumprimentos de leis dentro de uma organização. Dando vez e voz ao cidadão.

A sociedade vem tendo hoje em dia mais reconhecimento e visibilidade, obtendo chances de se esporem em novas reuniões e novos projetos, a sociedade ainda precisa de vez e voz; pois ao mesmo tempo em que ela é exposta, ela também é mantida em “segredo”; mas assim deixando de lado o real sentido de união e democracia. A nossa democracia fantasia algumas informações ou apenas congela de forma que as mesmas sejam esquecidas, deixando de lado a opinião da sociedade.

A democracia evoluiu historicamente através de intensas lutas sociais e, com uma frequência de retardamento aos conhecimentos leigos da sociedade, e também foi sacrificada em muitas dessas lutas pela conquista da democrática e societária. Manifestações essas que nos favoreceram, propondo com que á sociedade venha sim falar e construir um novo processo democrático.

7 Considerações finais

O histórico dos movimentos sociais e das mudanças políticas é um meio útil de esclarecer o surgimento de parcerias entre o estado e a sociedade civil. Embora os movimentos sociais façam parte de uma relação de conflito entre estado e sociedade, eram uma condição prévia para mudanças nas políticas públicas.

Até agora, a democracia é considerada a forma mais desejável de governo contra a monarquia, teocracia, oligarquia, anarquia e ditadura em todo o mundo. Uma elevação ainda maior da democracia, a democracia liberal, também alega garantir nenhuma regra da maioria para suprimir os direitos das minorias, oprimir o movimento de cidadãos e sociedades civis e interromper as possibilidades democráticas em seu funcionamento atual. Nesse contexto, não podemos pensar em uma democracia sem pensar na segurança, liberdade, direitos e igualdade dos cidadãos. Da mesma forma, também não podemos alcançá-lo completamente sem ação coletiva. As ações coletivas ou movimento social promovem a democracia como ativismo político. Ele molda e reformula o governo democrático, explorando e estendendo o regime democrático em direção flexível e viável. É como as rodas de carro sem as quais nenhum governo pode correr ou acelerar.

Referências

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 55, p. 72, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago.

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRÁTICOS: de que forma podem refletir/contribuir na construção das políticas públicas

2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 367, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892017000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>.

CARVALHO, OSVALDO FERREIRA DE. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. *Rev. Investig. Const.*, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 774, 777, 787, dez. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-56392019000300773&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 jun. 2020. Epub 01-Jun-2020. <https://doi.org/10.5380/rinc.v6i3.59730>.

CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. Movimento Ocupa em Pernambuco: por um diálogo estimulado na Educação. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p.6, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300600&lng=en&nrm=iso>. acessos em 20 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623680861>.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>.

MALFATTI, Selvino Antonio. **Os movimentos sociais em Alain Touraine**. UFSJ, São João del Rei-MG, n. 6, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2288>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária**. Opin. Publica, Campinas, v. 18, n. 1, p. 83, junho 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100004>.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Cad. CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>.